

Accountability na Educação Básica: um inventário das produções científicas

Accountability en la Educación Básica: un inventario de las producciones científicas

Francisco Hélio de Oliveira Rodrigues

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró/RN-Brasil

Allan Solano Souza

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Mossoró/RN-Brasil

Gilneide Maria de Oliveira Lobo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Natal/RN-Brasil

Resumo

Este artigo objetiva mapear teses e dissertações sobre *accountability* na educação básica no período de 2010 a 2022, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. A metodologia adotada foi a qualitativa, com análise de conteúdo para organização e análise dos dados. Trata-se de um estudo de revisão teórica comprometido com a perspectiva crítico-dialética desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN). Os resultados evidenciam a necessidade de uma conceituação mais democrática de *accountability*, incorporando valores como transparência, participação e cidadania, e ressaltam a complexidade do debate sobre qualidade da educação e responsabilização.

Palavras-chave: Estado do conhecimento; *Accountability*; Educação Básica.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo mapear tesis y disertaciones sobre la rendición de cuentas en la educación básica en el período comprendido entre 2010 y 2022, disponibles en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de la CAPES. Se adoptó una metodología cualitativa, con análisis de contenido para la organización y el análisis de los datos. Se trata de un estudio de revisión teórica comprometido con la perspectiva crítico-dialéctica desarrollado en el Programa de Posgrado en Educación. Los resultados evidencian la necesidad de una conceptualización más democrática de *accountability*, incorporando valores como transparencia, participación y ciudadanía, y resaltan la complejidad del debate sobre la calidad educativa y responsabilidad.

Palabras clave: Estado del conocimiento; *Accountability*; Educación Básica.

Introdução

A política educacional é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois está ligada à formação de indivíduos críticos e capazes de atuarem em diferentes contextos. Dada sua importância, tem sido objeto de políticas de *accountability*, amplamente aplicadas e apresentadas como ferramenta para melhorar a educação a partir dos anos de 1990, principalmente pós-Reforma do Estado brasileiro e do novo modelo de gestão pública, que incorporou o receituário empresarial como forma de alcance de eficiência, eficácia e efetividade para as políticas públicas educacionais.

Conceitualmente, trata-se de um termo carregado de múltiplos sentidos e em permanente expansão (Mulgan, 2000), porém, sem perspectiva de tradução para a língua portuguesa, pois não existe uma palavra no vocabulário português de Portugal ou do Brasil, que consiga reunir os seus três pilares: avaliação, prestação de contas e responsabilização (Afonso, 2012).

O surgimento do termo se deu na Inglaterra no final do século XVIII e o consenso teórico mais próximo da realidade é o de que está em processo de construção – no contexto de políticas de financiamento, gestão, avaliação e controle social. Ao ser evocado na administração pública seus fundamentos estão de acordo com os parâmetros da empresa capitalista reforçando a competição nos setores públicos para alcançar altos padrões de eficiência e eficácia, com a promessa de romper com referenciais tradicionais.

De acordo com Santos e Azevedo (2023, p. 3) “as discussões aparecem de diferentes formas, o que resulta num rico e promissor debate para o entendimento dessas políticas”. Essas autoras esclarecem que há grandes diferenças entre os formatos dos sistemas de avaliação e entre os usos dos dados gerados por esses sistemas, principalmente, considerando a realidade brasileira, ao demonstrarem que o país vem “caminhando na esteira da ordem internacional ao ampliar esse tipo de ação política” (Santos; Azevedo, 2023, p. 4).

Diante dos múltiplos sentidos que existem em torno do debate sobre *accountability* já existe um consenso de que a presença de um sistema de avaliação nas políticas educacionais é condição fundamental para que sejam articuladas com outras ações de regulação, como recompensas, bonificações, e outras formas de premiações simbólicas e materiais (Santos; Azevedo, 2023).

Uma vez que a *accountability* tornou-se temática presente nos debates acadêmicos e nas produções científicas do Brasil, traçamos como objetivo deste artigo realizar um

mapeamento bibliográfico das produções de teses e dissertações referentes ao período de 2010 a 2022, disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e que abordam a *accountability* na educação básica. O intuito dessa ação foi de revisar o conceito e construir um estado do conhecimento a seu respeito.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, seguiu as etapas do estado do conhecimento (Morosini; Nascimento; Nez, 2021) e técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 2016). Sua realização ocorreu durante a disciplina “Pesquisa em Educação”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN).

Para apresentação do estudo, além desta introdução, trazemos um tópico sobre o estado do conhecimento e as etapas metodológicas desenvolvidas para sua construção e um outro com análises e considerações sobre a *accountability* na educação básica. Por fim, tecemos algumas considerações finais.

O estado do conhecimento e suas etapas metodológicas para o estudo em questão

A construção de um estado do conhecimento sobre determinado tema tem como propósito identificar o que já se sabe sobre o assunto, bem como as lacunas e possibilidades de novas pesquisas (Morosini; Nascimento; Nez, 2021).

Neste trabalho, o percurso metodológico envolveu quatro etapas principais: inicialmente, foi feita a definição do tema de pesquisa, delimitando o objeto de estudo. Em seguida, procedeu-se à busca e seleção das fontes, com foco no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os descritores “*Accountability*” e “*Educação Básica*”, com o operador AND, de modo a compor o corpus de análise. O objetivo não foi esgotar a produção existente, mas identificar estudos relevantes e atuais que subsidiassem a análise proposta.

Na terceira etapa, realizou-se a leitura e análise das fontes selecionadas, observando títulos, objetivos, metodologias e resultados, o que permitiu identificar ideias e conceitos recorrentes, posteriormente sistematizados. Por fim, na análise e interpretação dos resultados, buscou-se compreender os padrões de significado emergentes e evidenciar lacunas e desafios do conhecimento na área estudada, conforme orientações de Morosini, Nascimento e Nez (2021) e Bardin (2016).

Com base na concretização do percurso dessas etapas, a seção a seguir tem como objetivo apresentar os resultados da busca e as respectivas análises, considerando que o estado do conhecimento, em que pese suas particularidades, deixa a disposição do pesquisador a capacidade de assumir uma postura criativa para inventariar os estudos científicos de um determinado tema.

As pesquisas sobre *accountability* em educação básica: um inventário a partir do catálogo de teses e dissertações da CAPES

Considerando os achados da pesquisa, identificamos 11 dissertações e o oito (8) teses, totalizando 19 trabalhos acerca da *accountability* na educação básica. 16 desses trabalhos, entre teses e dissertações, foram desenvolvidos em nível de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, (1) um trabalho na área de Ensino, (1) um em Economia e (1) um na Comunicação, conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1: Teses e dissertações selecionadas em busca com os descritores *accountability* AND “Educação Básica”

(Continua)

Ano	Autor	Título	Nível	Programa/ Instituição
2010	Rosseto	Educação para as mídias via TV Digital: uma proposta para a formação continuada de professores da educação básica	Mestrado	PPGMiT/Unesp
	Damasceno	O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre	Doutorado	PPGE / UFMG
2012	Moraes	As relações de poder na gestão da Escola Estadual Presidente Kennedy em Natal/RN: as ações decisórias dos órgãos colegiados – o Conselho de Escola e o Caixa Escolar	Doutorado	PPGED / UFRN
2019	Amestoy	A política de <i>accountability</i> na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS	Doutorado	PPgECi / UFSM
	Pinto	Cooperação entre escolas como estratégia de melhoria do desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio Escola Nota Dez	Mestrado	PPGP / UFJF
	Oliveira	Discursos em circulação sobre políticas de avaliação e <i>accountability</i> na educação básica: estados da região nordeste em foco	Doutorado	PPGEdu / UFPE

Quadro 1: Teses e dissertações selecionadas em busca com os descritores *accountability* AND “Educação Básica”

(Continua)

	Sousa	O financiamento da educação básica pública em Mato Grosso por meio do Salário-educação	Doutorado	PPGE / UFMG
2020	Mello	A avaliação de sistema educacional (em larga escala) do Brasil e do Uruguai: relações com <i>accountability</i> e com o direito à educação de qualidade	Doutorado	PPGE / Unesp
	Andrade	Desafios e possibilidades para o acesso às informações públicas e a transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG	Mestrado	PPGP / UFJF
2020	Peretti	Implantação de um sistema de avaliação externa no território catarinense: indicadores técnicos e políticos	Mestrado	PPGED / Unoesc
	Freire	Políticas de <i>accountability</i> nas redes municipais de ensino do Cariri Cearense: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes (2007-2019)	Mestrado	PPGED / UFCG
	Lipsuch	Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização	Mestrado	PPGE / Unicentro
2021	Souza	A política de <i>accountability</i> educacional na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza: a ênfase na avaliação externa	Mestrado	PPGE / UFC
	Silva	O diretor escolar e a gestão financeira em escolas de educação básica: o caso da SRE Sete Lagoas	Mestrado	PPGP/ UFJF
	Santos	O IDEB da Bahia e o ensino médio público estadual: implicações sobre a prática docente	Mestrado	PPGEn / Uesb
	Filipe	O projeto de Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/2006) e <i>accountability</i> na educação brasileira: aparentes possibilidades e reais intencionalidades	Doutorado	PPGE/ Unesp
	Pieri	Qualidade da educação traz votos? Um estudo sobre a importância do IDEB nas eleições municipais	Mestrado	EESP / FGV
2022	Lima	As interveniências do sistema de avaliação da educação básica na conformação da identidade da professora alfabetizadora	Mestrado	PGEDU / UEMS

Quadro 1: Teses e dissertações selecionadas em busca com os descritores *accountability* AND “Educação Básica”

(Conclusão)

	Camargo	Políticas públicas de avaliação educacional e <i>accountability</i> : especificidades na educação básica do Brasil e do México	Doutorado	PPGE / UEPG
--	---------	--	-----------	-------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

De acordo com a metodologia proposta por Bardin (2016) para a análise de conteúdo, procedemos, inicialmente, com uma leitura exploratória (prévia e global) do material a ser analisado, com o objetivo de nos familiarizarmos com o *corpus* da pesquisa e identificarmos os aspectos mais relevantes e recorrentes. Essa metodologia nos permitiu estabelecer um primeiro contato com o material de pesquisa e iniciar a elaboração do plano de análise.

Para Bardin (2016), é importante definir claramente o *corpus* desde o início da pesquisa, para evitar desvios e ambiguidades na análise. Em um estado do conhecimento, esse processo é fundamental, para garantir que todas as fontes relevantes sejam incluídas na análise. Além disso, a definição clara do *corpus* permite avaliar a qualidade e a representatividade dos dados coletados, o que é crucial para uma análise consistente e confiável.

No processo de delimitação do *corpus* dois aspectos chamaram atenção. O primeiro diz respeito ao ano de defesa das teses e dissertações sobre *accountability* na educação básica encontradas, com um crescimento entre 2012 e 2021, este justificado pelas mudanças do modelo de gestão pública, que passou a incorporar o receituário empresarial como forma de alcance de eficiência, eficácia e efetividade. Essas mudanças mencionadas corroboraram para: o aumento da demanda por transparência e responsabilidade na área da educação e, consequentemente, uma maior exigência na/para a avaliação da efetividade das políticas e ações educacionais; uma pressão por resultados e qualidade do ensino, advinda de diversos segmentos da sociedade e do próprio Estado, e isto sob Influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros; além de alguns desafios e problemas da educação, que se mostram persistentes, exigindo respostas.

O segundo aspecto que se destaca diz respeito à distribuição dos 19 trabalhos pelas regiões do país, observando-se a ocorrência de mais pesquisas sobre *accountability* na educação básica no Sudeste do Brasil. Essa região se destaca em outro levantamento, realizado anteriormente, sobre a distribuição de pesquisas em educação por regiões brasileiras, no qual se destaca o estudo de Wittmann e Gracindo (2001), que produziram um

estado do conhecimento sobre as pesquisas em Políticas e Gestão da Educação de 1991 a 1997. Os autores apontam uma grande concentração da produção acadêmica sobre educação nas regiões Sudeste e Sul, fato justificado por eles, pela alta concentração de instituições públicas de ensino superior com oferta de programas de pós-graduação nos estados que as compõem.

Os autores destacam ainda que esses fatores acabam influenciando a distribuição geográfica dos pesquisadores e a produção de conhecimento por região, visto que, onde há mais instituições de pesquisa, há mais financiamento de pesquisas, fato que também demonstra desigualdade na distribuição dos recursos para Ciência e Tecnologia no país.

O estado do conhecimento produzido por Wittmann e Gracindo (2001) foi atualizado por Souza (2019), em artigo que apresenta um panorama da produção acadêmica brasileira na área de política e gestão da educação entre os anos de 1998 e 2015. A pesquisa de Souza (2019) demonstrou que o campo de estudo esteve e continua focado na relação entre as demandas sociais por educação e no posicionamento do Estado diante dessas demandas em diversas entradas temáticas (estado e educação, direito a educação, financiamento da educação, gestão da escola, relação público e privado na educação). Além disso, Souza (2019) destaca que os pesquisadores do campo são fortemente influenciados pela pauta da própria política educacional, o que pode explicar a ausência de alguns temas de pesquisa em dadas categorias.

O conhecimento sobre como a pesquisa trata a política e a gestão da educação é importante para compreender as próprias políticas educacionais e o modo como são operadas as relações entre o Estado e a sociedade na luta pelo reconhecimento da educação como direito, além de auxiliar na percepção de caminhos e alternativas para a política e gestão da educação em contexto local.

Na delimitação do *corpus* desta pesquisa, dos 19 trabalhos encontrados, 02 foram excluídos por não se apresentarem como relevantes ao objetivo traçado, são eles: a dissertação de Andrade (2020), que aborda os desafios e possibilidades para o acesso às informações públicas e a transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG; e a dissertação de Rosseto (2010), que aborda a possibilidade de utilização da TV digital interativa como meio de formação continuada para professores da educação básica, visando à promoção de uma educação com e para os meios.

Estando o *corpus* definido, passamos, então, à análise dos resumos dos trabalhos encontrados (teses, dissertações), tendo como foco os títulos, objetivos gerais das pesquisas, as metodologias empregadas, bem como os resultados encontrados. Observando os títulos dos 17 trabalhos selecionados, buscamos identificar a recorrência dos temas neles presentes, para então definir as categorias de análise.

Partindo de uma revisão teórica prévia sobre o conceito de *accountability*, utilizamos os três pilares definidos por Afonso (2009, 2010) como categorias de análise: avaliação, prestação de contas e responsabilização. O autor ressalta, entretanto, que esses “nem sempre constituem pilares integrados ou que se potenciem mutuamente” (Afonso, 2010, p. 155).

Consideramos que a “avaliação” é uma ferramenta essencial para a prestação de contas, pois permite a mensuração dos resultados e impactos das políticas e programas públicos. A “prestação de contas”, por sua vez, é um mecanismo que visa garantir a transparência e o acesso à informação sobre a execução dessas políticas e programas. Já a “responsabilização” implica imputar responsabilidade aos agentes públicos pelos resultados e impactos alcançados. Portanto, mesmo que esses pilares possam apresentar limitações e desafios em sua implementação conjunta, a utilização dessas categorias de análise pode ser útil para compreender a relação entre esses conceitos e como eles são aplicados.

Apresentamos, no Quadro 2, as produções selecionadas e seu agrupamento pelas categorias “avaliação”, “prestação de contas”, “responsabilização” ou aquelas que apresentam relação com as três simultaneamente.

Quadro 2: Agrupamento dos trabalhos acadêmicos selecionados por categoria de análise dos títulos

Categoria	Trabalhos por categoria	Nº	Percentual
Avaliação	Amestoy (2019), Peretti (2020), Mello (2020), Souza (2021), Oliveira (2019), Lima (2022).	6	35,3%
Prestação de Contas	Morais (2012), Silva (2021), Sousa (2019).	3	17,6%
Responsabilização	Pinto (2019), Santos (2021), Damasceno (2010).	3	17,6%
As três categorias simultaneamente	Filipe (2021), Freire (2020), Lipusch (2020), Camargo (2022), Pieri (2021).	5	29,4%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

Os trabalhos acadêmicos agrupados na categoria “avaliação” evidenciam a importância do pilar *accountability* na educação, tema que ganhou destaque na produção acadêmica recente, representada por: Mello (2020), em seu estudo sobre a avaliação em larga

escala no Brasil e Uruguai, verificando como ela se relaciona com o direito à educação de qualidade e a *accountability*; Souza (2021), que aborda a política de *accountability* educacional na rede municipal de ensino de Fortaleza, destacando a ênfase na avaliação externa; Amestoy (2019), que investiga a política de *accountability* na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar, tendo como cenário o município de Santa Maria/RS; Lima (2022), que apresenta um estudo sobre as intervenções do sistema de avaliação da educação básica na conformação da identidade da professora alfabetizadora; Oliveira (2019), quando analisa os discursos em circulação sobre políticas de avaliação e *accountability* na educação básica, tendo como foco os estados da região nordeste; e Peretti (2020), que aborda a implantação de um sistema de avaliação externa no território catarinense, investigando seus indicadores técnicos e políticos. Por meio desses títulos, foi possível perceber a abrangência e complexidade do tema e a variedade de abordagens possíveis para a análise da avaliação e *accountability* na educação.

Os trabalhos acadêmicos agrupados na categoria “prestação de contas” tratam de questões relacionadas à gestão e financiamento da educação básica pública no Brasil. Nessa categoria se destacam: Silva (2021), que concentra sua pesquisa na figura do diretor escolar e sua responsabilidade na gestão financeira de escolas públicas; Moraes (2012), que analisa as relações de poder na gestão escolar, especificamente as ações decisórias dos órgãos colegiados em uma escola estadual em Natal/RN; e Sousa (2019), quando discute o financiamento da educação básica pública em um estado brasileiro específico, Mato Grosso, por meio do salário-educação. Todos esses trabalhos têm em comum a preocupação em entender como a gestão financeira afeta a qualidade da educação pública e como essa questão pode ser abordada.

Considerando os enunciados nos títulos, as produções agrupadas na categoria “responsabilização” apontam para uma reflexão sobre esse aspecto da *accountability* na educação e suas implicações para a prática docente e o desempenho escolar. Em seu estudo, Pinto (2019) analisa o papel da cooperação entre escolas para a melhoria do desempenho escolar, especialmente no contexto do Prêmio Escola Nota Dez, uma iniciativa do Governo do Estado do Ceará para incentivar a melhoria da qualidade do ensino. Santos (2021), por seu turno, investiga as implicações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017 na prática docente no ensino médio público estadual da Bahia. Já Damasceno (2010),

aborda o movimento de reformas educacionais no Estado do Acre e as implicações para o trabalho docente, especialmente a partir da década de 1990, com a implementação de políticas neoliberais na educação. É importante destacar que as políticas de responsabilização, geralmente, têm gerado pressões e demandas adicionais aos professores, afetando o seu trabalho e a qualidade do ensino.

Por fim, agrupamos os títulos que apresentam as categorias “avaliação, prestação de contas e responsabilização”, simultaneamente. Destacamos, então: Filipe (2021), que discute a proposta do Projeto de Lei de Responsabilidade Educacional e sua relação com o conceito de *accountability* na educação brasileira; Freire (2020), que também aborda as políticas de *accountability* nas redes municipais de ensino, enfatizando a avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes; Lipsuch (2020), com a análise das políticas de avaliação para alfabetização no Brasil, relacionando-as com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua relação com mecanismos de controle e responsabilização; Camargo (2022), que apresenta uma análise comparativa entre as políticas de avaliação educacional e *accountability* no Brasil e no México; e Pieri (2021), que discute a importância do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas eleições municipais, abordando a relação entre a qualidade da educação e a disputa política.

Seguindo com a análise de conteúdo, agrupamos os objetivos das produções em duas categorias: “análise de políticas educacionais” e “análise de práticas e processos educacionais”. Algumas pesquisas apresentam objetivos que podem ser enquadrados em ambas as categorias, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Agrupamento dos trabalhos acadêmicos selecionados por categoria de análise dos objetivos

Categoria	Trabalhos por categoria	Nº	Percentual
Análise de políticas educacionais e seus impactos	Amestoy (2019), Peretti (2020), Mello (2020), Oliveira (2019), Freire (2020), Silva (2021), Sousa (2019), Camargo (2022), Filipe (2021).	9	53%
Análise de práticas e processos educacionais	Lima (2022), Moraes (2012), Pinto (2019), Santos (2021), Damasceno (2010), Lipusch (2020), Souza (2021), Pieri (2021).	8	47%
Ambas as categorias	Lima (2022), Moraes (2012), Peretti (2020), Santos (2021), Damasceno (2010), Lipusch (2020), Freire (2020), Camargo (2022).	8	47%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da análise dos objetivos agrupados por categoria, percebemos que a área de “análise de políticas educacionais e seus impactos” é bastante abrangente e diversa, compreendendo desde o estudo de políticas nacionais de avaliação em larga escala até a análise de políticas específicas em níveis municipais e estaduais. Além disso, notamos que a maioria dos objetivos agrupados nessa categoria estão focados na análise crítica das políticas educacionais, buscando identificar seus objetivos e finalidades, bem como seus impactos na construção do direito à educação de qualidade. É possível observar também uma preocupação em analisar a gestão e o controle dos recursos financeiros destinados à educação. Em geral, podemos concluir que a análise de políticas educacionais e seus impactos é uma área importante e fundamental para a melhoria da qualidade da educação no Brasil.

A análise dos objetivos apresentados na categoria "Análise de práticas e processos educacionais", mostrou que ela engloba uma variedade de temáticas e abordagens. Os autores agrupados nessa categoria destacam a importância de se investigar práticas e processos educacionais, como a aplicação de avaliações externas, modelos de gestão, cooperação técnico-pedagógica, entre outros, para compreender como essas práticas afetam a educação e os profissionais envolvidos. Além disso, a análise desses objetivos sugere a importância de se compreender a complexidade dos processos educacionais e dos fatores que os influenciam. Os autores apresentam diferentes perspectivas e abordagens para analisar as práticas e processos educacionais, indicando que não há uma única maneira de abordar essa temática e que é preciso considerar as diferentes dimensões envolvidas, como as políticas educacionais, a formação de professores, as condições de trabalho, entre outros, buscando uma compreensão mais ampla e crítica desses processos.

Sobre os objetivos agrupados em “ambas as categorias”, percebemos que estão focados em analisar como as políticas educacionais afetam as práticas e processos educacionais e de que modo essas políticas são implementadas. Portanto, esses objetivos podem ser criticamente analisados como abordagens complementares para entender como as políticas educacionais afetam a prática educativa e como as práticas educativas são influenciadas pelas políticas educacionais.

Entender a metodologia de uma pesquisa é importante, porque ela define as escolhas e decisões tomadas pelo pesquisador durante todo o processo de investigação. A metodologia utilizada pode influenciar a coleta e análise dos dados, bem como a validade e

confiabilidade dos resultados obtidos. Além disso, pode impactar a generalização dos resultados e a aplicação prática destes. Ao analisar as pesquisas em questão, agrupamo-las em três categorias metodológicas: pesquisa qualitativa; pesquisa quantitativa; e pesquisa mista (qualitativa e quantitativa). Além dessas, há uma outra categoria que o autor não definiu claramente sua abordagem metodológica, a qual está organizada no quadro 4.

Quadro 4: Agrupamento dos trabalhos acadêmicos selecionados por categoria, conforme as escolhas metodológicas enunciadas nos trabalhos

Categoria	Trabalhos por categoria	Nº	Percentual
Pesquisa qualitativa	Amestoy (2019), Mello (2020), Oliveira (2019), Silva (2021), Filipe (2021), Moraes (2012).	6	35,28%
Pesquisa quantitativa	---	0	0%
Pesquisa mista (qualitativa e quantitativa)	Sousa (2019), Santos (2021), Damasceno (2010).	3	17,64%
Não definida pelo autor	Souza (2021), Lima (2022), Pinto (2019), Peretti (2020), Freire (2020), Lipusch (2020), Camargo (2022), Pieri (2021).	8	47,04%

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com Severino (2013), as designações "pesquisa quantitativa" e "pesquisa qualitativa" não se referem a uma modalidade de metodologia em particular, mas sim a abordagens epistemológicas mais amplas, que podem envolver diversas metodologias específicas. O autor apresenta uma visão crítica em relação ao modelo positivista de conhecimento científico, mostrando como foi insuficiente para compreender o mundo humano. Ressaltando ainda a importância de abordagens epistemológicas mais abertas e flexíveis. Além disso, destaca a importância de compreender a diferença entre as abordagens para escolher a metodologia mais adequada a cada tipo de pesquisa.

Conforme o Quadro 4, as 17 teses e dissertações analisadas adotam uma perspectiva crítica que questiona as políticas e práticas educacionais existentes, buscando apontar alternativas para melhoria na educação. As metodologias utilizadas em cada uma dessas pesquisas variaram conforme os objetivos específicos as abordagens teóricas e metodológicas escolhidas pelos pesquisadores.

Os 6 trabalhos (35,28% do total) que enunciaram uma abordagem qualitativa utilizaram diferentes metodologias — levantamento de documentos oficiais, análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas com atores sociais — para analisar as políticas de *accountability* e elucidar questões subjacentes aos estudos. Dentre esses trabalhos, destacamos o de Filipe

(2021), que utilizou abordagem qualitativa e análise de conteúdo para trazer não apenas o que está explícito, mas também o conteúdo implícito em documentos oficiais federais, com ênfase no Projeto de Lei 7420/2006 e seus Substitutivos.

Dentre os 17,64% trabalhos que utilizaram abordagens qualitativas e quantitativas em suas pesquisas, com diferentes constructos teórico-metodológicos e ferramentas conceituais para análise, destacamos: Sousa (2019), que utilizou a fisiologia normativa para entender o Salário-Educação no financiamento da educação básica pública; Santos (2021), que utilizou o materialismo histórico-dialético para analisar a relação entre as partes e o todo em relação à avaliação externa, IDEB e prática docente; Damasceno (2010), que utilizou a teoria da regulação juntamente com conceitos como cultura do desempenho e performatividade para entender a intensificação do trabalho docente. As pesquisas foram documentais, do tipo exploratórias e incluíram entrevistas e questionários.

Nenhuma das pesquisas apontadas teve caráter apenas quantitativo e 47,04% das metodologias anunciadas não definiram se a pesquisa seria qualitativa, quantitativa, ou com os dois enfoques.

Uma lacuna identificada nos estudos listados foi a ausência de investigação sobre a interconexão entre “avaliação”, “prestação de contas” e “responsabilização”, revelando a falta de compreensão sobre a integração desses pilares em todos os aspectos da *accountability*. Destacamos ainda a importância de analisar os impactos dessas políticas na participação da sociedade na gestão e avaliação das políticas públicas educacionais, observando se as formas de *accountability* avançaram na construção de um conceito mais democrático, uma vez que:

[...] um modelo de *accountability* democraticamente avançado inclui a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização [cf. última linha do quadro 2], mas dentro de articulações congruentes que se referenciem ou sustentem em valores essenciais como a transparência, o direito à informação, a participação e a cidadania (Afonso, 2010, p. 157).

Fica evidenciada, então, a necessidade de pensarmos um modelo de *accountability* para além da simples “avaliação” e “prestação de contas”, incluindo também a “responsabilização”, de forma intercalada e congruente. Esse modelo deve estar baseado em valores fundamentais para a democracia, como a transparência, o direito à informação, à

participação e à cidadania; um modelo que vá além do cumprimento de regras formais e que esteja enraizado em valores democráticos essenciais para a sociedade.

É importante frisar que cada uma das 17 conclusões apresentadas nos trabalhos possui suas particularidades, bem como seus autores e respectivos estudos de referência, o que enriquece e complexifica o debate sobre *accountability* na educação básica. Foram abordadas, por exemplo, questões como: a importância da educação de qualidade socialmente referenciada (Mello, 2020); o risco da política de *accountability* na rede municipal de ensino coadunar com interesses mercantis (Souza, 2021); os reflexos das avaliações externas no trabalho dos professores e na gestão das escolas, com destaque para o impacto na identidade da professora alfabetizadora e na valorização da diversidade e singularidades das escolas e alunos (Amestoy, 2019; Lima, 2022); a importância de uma análise crítica das políticas educacionais em vigor (Oliveira, 2019); a necessidade de uma reflexão mais crítica sobre as políticas de avaliação da educação e sua relação com a perspectiva neoconservadora e gerencial do Estado Avaliador (Peretti, 2020); a importância da ampliação e democratização do debate sobre a avaliação da educação estadual e nacional, levando em consideração as particularidades das escolas (Santos, 2021); a disputa entre concepções hegemônicas e contra-hegemônicas na avaliação da qualidade educacional (Filipe, 2021), evidenciando a necessidade de uma análise mais crítica das políticas de avaliação e de uma compreensão mais ampla do conceito de qualidade da educação.

Há também conclusões que abordam a temática da avaliação da educação, destacando a adoção de políticas de *accountability* no setor educacional, com foco em resultados de exames nacionais. Destacam-se: Damasceno (2010) e Lipsuch (2020), que alertam para o risco de pressão excessiva sobre os professores e a precarização do trabalho docente; Freire (2020), que aponta a priorização de metas quantitativas em detrimento da qualidade da educação e a privatização do ensino; Camargo (2022), ao destacar as diferenças conceituais e de utilização da *accountability* no Brasil e no México. Todos concordam que a avaliação em larga escala pode restringir a liberdade do professor e afetar a qualidade da educação.

Há ainda conclusões que discutem sobre questões relacionadas à gestão escolar e à qualidade da educação. Moraes (2012), por exemplo, destaca a importância da gestão democrática na escola, enquanto Pinto (2019), enfatiza a importância da cooperação técnico-pedagógica entre escolas. Silva (2021), por sua vez, sugere a importância da formação de

gestores escolares, enquanto Sousa (2019) aborda a necessidade de um controle mais efetivo do uso dos recursos financeiros destinados à educação básica por meio do Salário-Educação. Todos destacam a importância de políticas públicas que garantam a equidade e a justiça social na melhoria da qualidade educacional.

Por fim, o estudo de Pieri (2021) mostra que o IDEB tem um impacto significativo na probabilidade de reeleição de prefeitos, especialmente em municípios com menor renda e onde a população de crianças é maior. Isso indica que o sistema de *accountability* escolar no Brasil pode impactar a qualidade da educação por meio da mobilização política da população. Entretanto, pode gerar uma pressão excessiva sobre os gestores da educação e afetar negativamente a qualidade do ensino.

As conclusões apresentadas ressaltam, por um lado, a importância de políticas educacionais que promovam a equidade e a justiça social levando em consideração as singularidades das escolas e dos alunos. Por outro lado, revelam preocupações sobre o uso excessivo de avaliações em larga escala, que podem gerar pressão excessiva sobre professores e gestores escolares. O resultado disso pode ser a precarização do trabalho docente e a privatização do ensino. Além disso, há uma preocupação com a utilização da *accountability* para fins políticos, o que pode levar a uma priorização de metas quantitativas em detrimento da qualidade da educação.

Diante dessas diferentes perspectivas, é fundamental a promoção de um debate amplo e democrático sobre a avaliação da qualidade da educação, com a participação de diversos atores envolvidos no processo educacional. Somente dessa forma será possível construir políticas públicas que promovam a qualidade educacional de forma justa e equitativa para todos.

Considerações finais

Este artigo elaborou um estado do conhecimento sobre a *accountability* na educação básica, apresentando os caminhos metodológicos e as opções dos autores dos estudos analisados. A investigação resultou em um inventário consistente das pesquisas e, a partir de sua análise crítica, produziu contribuições relevantes para o avanço do conhecimento e para futuras investigações sobre o tema.

A construção do estado do conhecimento utilizando o Catálogo da CAPES teve vantagens e desvantagens. Por um lado, essa ferramenta se apresentou como uma excelente

fonte de informação para a pesquisa científica, pois o acervo é vasto e diversificado, abrangendo diferentes áreas de conhecimento. Além disso, permitiu-nos verificar se há trabalhos recentes e atualizados sobre o tema, bem como ter acesso a informações relevantes sobre a metodologia utilizada em outras pesquisas, o que pode servir como base para o desenvolvimento de novos estudos.

Por outro lado, o catálogo revelou algumas limitações, quais sejam: nem todas as instituições de ensino superior brasileiras fazem parte do programa, o que pode deixar algumas pesquisas de fora do acervo; algumas dissertações e teses podem estar disponíveis apenas em formato físico e não no banco, o que dificulta o acesso à informação; mesmo com a grande quantidade de trabalhos disponíveis, é possível que haja lacunas no conhecimento sobre determinado tema, o que significa que o catálogo não é uma fonte completa.

Devemos pontuar também que teses de doutorado e dissertações de mestrado são tipos de trabalhos científicos desenvolvidos para atender as exigências acadêmicas de cursos de pós-graduação. Esses trabalhos buscam apresentar a compreensão e/ou uma solução para um problema através de argumentos dissertativos, entretanto, para gerar conhecimento científico devem ir além do simples levantamento de fatos e coleta de dados, buscando uma interpretação teórica, num processo que envolve tanto a coleta de dados empíricos quanto a sua interpretação lógica. Assim, é possível afirmar que teses e dissertações buscam construir conhecimento através da conexão entre a teoria e dados empíricos (Severino, 2013). Destacamos que a construção do estado do conhecimento se mostra particularmente relevante, pois ofereceu contribuições importantes para a compreensão da *accountability* na educação básica em diferentes níveis: do âmbito municipal ao internacional.

Em síntese, podemos afirmar que os 17 trabalhos analisados apresentam contribuições importantes para o debate sobre a *temática*, cada um com suas particularidades e autores de referência. Elas apontam para a necessidade de refletir sobre a avaliação como instrumento para a melhoria da qualidade educacional e não como um fim em si mesmo. Ressaltam ainda a importância da gestão democrática, da formação de gestores escolares e da transparência no uso dos recursos financeiros destinados à educação. Também destacam a necessidade de uma reflexão crítica sobre as políticas de avaliação da educação e sua relação com o modelo atual de Estado Avaliador.

Os trabalhos analisados evidenciam também um debate complexo e diverso sobre a avaliação da qualidade educacional e suas consequências na gestão escolar e formação dos

professores. Destacam ainda a importância de políticas educacionais que promovam equidade e justiça social, levando em conta as particularidades das escolas e alunos, assim como alertam para o excesso de avaliações em larga escala, que podem resultar em precarização do trabalho docente e privatização do ensino. Além disso, a utilização da *accountability* para fins políticos é criticada, uma vez que pode levar à priorização de metas quantitativas em detrimento da qualidade da educação.

A análise, portanto, evidencia a necessidade de uma conceituação de *accountability* mais democrática, que considere as particularidades das políticas educacionais e as disputas entre concepções hegemônicas e contra-hegemônicas de qualidade. Em consonância com Afonso (2010), defende-se uma reformulação do conceito e dos processos de *accountability*, superando a mera prestação de contas e incorporando também uma responsabilização coerente e intercalada, fundamentada em valores essenciais para a democracia, tais como transparência, direito à informação, participação e cidadania.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes standardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. Um olhar sociológico em torno da *accountability* em educação. In: ESTEBAN, Maria Teresa; AFONSO, Almerindo Janela (org.). **Olhares e Interfaces: Reflexões Críticas sobre a Avaliação**. São Paulo, SP: Cortez, 2010. p. 147-170.

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma concetualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr.-jun. 2012.

AMESTOY, Micheli Bordoli. **A política de *accountability* na educação básica e os efeitos da avaliação externa no ensino e na gestão escolar: um estudo no município de Santa Maria/RS**. 2019. 299 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências Química da Vida e Saúde) - Universidade Federal de Santa Maria, Porto Alegre, 2019.

ANDRADE, Thiago Silva de. **Desafios e possibilidades para o acesso às informações públicas e a transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora - MG**. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

CAMARGO, Vanessa Rosana Peluchen. **Políticas públicas de avaliação educacional e *accountability*: especificidades na educação básica do Brasil e do México**. 2022. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

DAMASCENO, Ednaceli Abreu. **O trabalho docente no movimento de reformas educacionais no estado do Acre**. 2010. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FREIRE, Arlane Markely dos Santos. **Políticas de accountability nas redes municipais de ensino do Cariri cearense: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes (2007-2019)**. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2020.

FILIPPE, Fabiana Alvarenga. **O projeto de lei de responsabilidade educacional (PL 7420/2006) e accountability na educação brasileira: aparentes possibilidades e reais intencionalidades**. 2021. 413 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2021.

LIMA, Vania Lizie da Silva. **As intervenções do sistema de avaliação da educação básica na conformação da identidade da professora alfabetizadora**. 2022. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2022.

LIPSUCH, Graciele. **Políticas de avaliação para alfabetização no Brasil e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC): novos (velhos) mecanismos de controle e responsabilização**. 2020. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2020.

MELLO, Liliâne Ribeiro de. **A avaliação de sistema educacional (em larga escala) do Brasil e do Uruguai: relações com accountability e com o direito à educação de qualidade**. 2020. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2020.

MORAIS, Pauleany Simões de. **As relações de poder na gestão da escola estadual Presidente Kennedy em Natal/RN: as ações decisórias dos órgãos colegiados - o conselho de escola e o caixa escolar**. 2012. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MOROSINI, Marília; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 55, p. 69-81, 2021.

MULGAN, Richard. *Accountability: an ever-expanding concept?* **Public Administration**, Oxford, v. 78, n. 3, 2000.

OLIVEIRA, Maria Angela Alves de. **Discursos em circulação sobre políticas de avaliação e accountability na educação básica: estados da região nordeste em foco**. 2019. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

PERETTI, Susimar Inês. **Implantação de um sistema de avaliação externa no território catarinense: indicadores técnicos e políticos**. 2020. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC, 2020.

PIERI, Renan Gomes de. **Qualidade da educação traz votos? Um estudo sobre a importância do IDEB nas eleições municipais**. 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo. Biblioteca Depositária: Karl A. Boedecker, 2011.

PINTO, Cristina Brandao. **Cooperação entre escolas como estratégia de melhoria do desempenho escolar: um estudo sobre o Prêmio Escola Nota Dez**. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF, 2019.

ROSSETO, Larissa Fernanda Domingues. **Educação para as mídias via TV Digital: uma proposta para a formação continuada de professores da educação básica**. 2010. 163 f. Monografia (Curso Profissionalizante em Televisão Digital: Informação e Conhecimento) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Bauru, Bauru. Biblioteca Depositária: UNESP - Campus de Bauru, 2010.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO Janete Maria Lins de. Sentidos da accountability educacional no discurso da política educacional pernambucana. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 19, n. 37, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/6739>. Acesso em: 30 out. 2025.

SANTOS, Erlan Pereira. **O IDEB da Bahia e a avaliação do ensino médio público estadual: implicações sobre a prática docente**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Erika Fernanda Pereira da. **O diretor escolar e a gestão financeira em escolas de educação básica: o caso da SRE Sete Lagoas**. 2021. 183 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF, 2021.

SOUSA, Bartolomeu Jose Ribeiro de. **O financiamento da educação básica pública em Mato Grosso por meio do salário-educação**. 2019. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG, 2019.

SOUZA, Maria Rosângela de. **A política de accountability educacional na rede municipal de ensino de Fortaleza: a ênfase na avaliação externa**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Biblioteca Depositária: Biblioteca do Centro de Humanidades UFC, 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em política e gestão da educação no Brasil (1998-2015): Atualizando o estado do conhecimento. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019207654>. Acesso em: 30 out. 2024

WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Políticas e Gestão da Educação (1991-1997)**. Brasília: MEC/INEP, 2001.

Sobre os autores

Francisco Hélio de Oliveira Rodrigues

Licenciado em Pedagogia (UERN), Gerente Executivo Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Mossoró/RN. Aluno do Mestrado em Educação no POSEDUC/UERN.

E-mail: helioassistentepedagogo@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6779-2113>.

Allan Solano Souza

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FE/UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC/UERN).

E-mail: allansouza@uern.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4963-0922>

Gilneide Maria de Oliveira Lobo

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Diretora de Planejamento e Gestão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Mossoró/RN.

E-mail: gm.lobo@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1434-2469>

Recebido em: 07/03/2025

Aceito para publicação: 04/11/2025